

## A Disciplina Histórica e a História Dos Processos Vividos

Lucas Patschiki<sup>1</sup>

Resumo: Este artigo analisa algumas perspectivas acadêmicas sobre a história imediata, buscando sublinhar que parte das dificuldades apontadas para esta prática historiográfica surgem de posicionamentos políticos conservadores, justificados pelo mercado e que não pretendem embarcar em sua concepção de ciência histórica a necessidade de validação científica de suas conclusões. Pretendemos somente dar forma para esta discussão, defendendo a necessidade política e social da interpretação dos processos inacabados pelos historiadores, ou seja, entendendo a prática historiográfica como elemento crucial para a compreensão do presente, evidenciando as disputas pela leitura hegemônica, socialmente reconhecida, do passado, processo de disputa político ideológica que acaba por refletir diretamente na prática historiográfica. Entendendo a aproximação dos campos político e acadêmico, iremos nos apoiar em leituras e indicações interpretativas de Fontana, Chesneaux e Cardoso para buscar como algumas “escolas” históricas posicionaram-se acerca do imediato durante o século XX, notadamente os chamados “annalistas” franceses. Este recorte é justificado porque a história imediata somente tornou-se “problemática” no século XIX, durante a institucionalização da disciplina histórica, triunfo da escola metódica e que generalizou-se como modelo, baseado na cisão entre o passado e o presente e pela profissionalização da prática historiográfica que garantiria segurança de cientificidade absoluta do conhecimento produzido, naquele momento importante por torná-la distinta e independente da filosofia e da literatura. Entretanto, logo após, na virada do século uma série de escolas voltaram fogo contra este tipo de história, sendo que as interpretações francesas acabaram dominantes hoje na academia (ao contrário dos seguidores de Collingwood ou Croce, por exemplo). A reinterpretação e reação violenta dos annales contra a história factual, os levou a revisitarem violentamente este tipo de história, mas a história imediata acabou relegada até o pós Segunda Guerra Mundial, advinda do mercado editorial, quando os sobreviventes da maior guerra da humanidade cobraram dos historiadores explicações, elementos para compreender-se todo o horror e destruição vividos. Esta atenção ao mercado editorial iria colocar em contradição a afirmação dos annales, já institucionalizados na IV seção da *École Pratique de Hautes Etudes*, sobre a história como estudo cientificamente elaborado, científico em seus métodos mas não em suas conclusões, afirmando claramente a história como a disciplina cujo alcance seriam os tempos passados, enfatizando as longas durações, relegando assim o presente para a sociologia e o jornalismo. A necessidade de apropriar-se da história imediata será fundante no período seguinte, que culmina com o ano de 1968, que levou a uma nova abordagem metodológica por parte destes historiadores, notadamente com o abandono da história totalizante, e ao mesmo tempo institucionalizando as análises sobre os tempos vividos como possibilidade para o historiador. Estas mudanças fizeram a escola francesa dos annales referência mundial, sendo que deste modo esmiuçar seus argumentos e justificativas sobre a história imediata nos permite refletir sobre nossa própria prática. Neste breve estudo podemos afirmar que nossa hipótese confirmou-se, sendo assim a nossa grande questão é o espaço que político ideológico deve ter dentro da concepção científica de história, que torna-se um valor atuante, que perpassa o nosso fazer histórico.

Palavras-Chave: História, Imediata, Política.

Nossa intenção ao discutir aqui, mesmo que pontualmente, a história imediata é apontar que as dificuldades e problemas que ela supostamente suscita tem muito mais a ver com projetos conservadores de história do que necessariamente com dificuldades teórico-metodológicas intrínsecas, e que mesmo estes projetos foram obrigados a revisitar sua postura em relação ao imediato, pelo óbvio motivo de que a busca pela compreensão da história vivida não é exclusividade de uma corporação, mas sim de toda humanidade. A história imediata, a análise dos processos sociais ainda inacabados, faz parte do cabedal de possibilidades de análise do historiador há longo tempo, de Heródoto e Tucídides até Michelet e Marx. Este tipo de análise se tornou problemática somente no século XIX, durante a institucionalização da disciplina, triunfo de determinado projeto de história, vinculado à escola metódica e que se generalizou como modelo, baseado na cisão entre o passado e o presente e pela profissionalização da prática historiográfica que garantiria segurança de cientificidade absoluta do conhecimento produzido, naquele momento importante por torná-la distinta e independente da filosofia e da literatura. Este modelo historiográfico, aproximado das ciências naturais, foi elaborado em universidades da Alemanha por pesquisadores, que não foram somente funcionários, mas ideólogos do Estado. Ela se tornou hegemônica por mais de um século, e seus resquícios, mesmo com todos os enfrentamentos que teve até hoje, são facilmente detectáveis. Como comenta Fontana:

Paradoxalmente, estes homens, que se negavam a aceitar a existência de leis históricas gerais acima das realidades nacionais, seriam os criadores de métodos de pesquisa que se difundiriam universalmente até serem admitidos como norma científica da profissão e que seriam considerados, sem fundamento algum, como equivalentes, no campo da história, aos métodos de investigação das ciências da natureza<sup>2</sup>.

Só que este modelo só foi aceito sem críticas até o início do século XX, quando encontrou uma série de críticas, vindas de diferentes escolas e perspectivas. Na França esta ficou a cargo de Durkheim e seguidores, como Simiand<sup>3</sup>, que elaborou talvez o mais contundente ataque a “tribo” dos historiadores e seus ídolos: o ídolo político, o ídolo individual e o ídolo cronológico. E em outros países as críticas surgiram dos autores que Schaff concebe como representantes de um modelo de processo do conhecimento subjetivo-idealista: Colingwood na Inglaterra, Croce na Itália e Beard e Becker nos Estados Unidos. Estes “presentistas”, dentre todas suas falhas e limitações, formularam contraproposições importantes: “- *no conhecimento histórico, o sujeito e o objeto constituem uma totalidade orgânica, agindo um sobre o outro e vice-versa; - a relação cognitiva nunca é passiva, contemplativa, mas ativa por causa do sujeito que conhece*”, e por fim que, “*o conhecimento e o comprometimento do historiador estão sempre socialmente condicionados; o historiador sempre tem um 'espírito de partido'*”<sup>4</sup>.

E a história imediata, mesmo praticada por diversas correntes não vinculadas à academia, “renasce” no meio historiográfico após 1945, constatação de seus próprios críticos, que assinalaram o óbvio, que “*boa parte do que se leu (e editou) nesse período pelo mundo afora sob o rotulo de 'história' foi, na verdade, algum tipo de história política*”<sup>5</sup>, sendo boa parte desta referente a história imediata (lembramos o boom editorial sobre a Segunda Guerra neste período). Esta data refere-se a escola francesa dos *Annales*, quando seus historiadores se propõem a disputar o mercado editorial, onde as “*suspeitas dos profissionais universitários contrastavam com uma demanda social que cresceria bruscamente nessas últimas décadas*”, ou seja, “*o tempo presente era artigo muito vendido nas livrarias, como se impunha nas emissões televisadas que alcançavam altos índices de audiência*”<sup>6</sup>. Lembrando que neste período a expansão midiática, pontuada na fala de Azema, através do rádio e da televisão, dá um salto nos países capitalistas centrais, embora não possamos resumir o interesse pelo imediato a este impulso, já que “*Lissagaray escreve antes da imprensa informativa se*

*desenvolver na França; Trótsky pouco recorre aos recursos radiofônicos [...] e a televisão desempenha um papel secundário na enquete dos dois repórteres-historiadores do 'Washington Post'*<sup>7</sup>, referindo-se ao caso Watergate. Sublinhamos que no Brasil, desde Varnhagen, se produz história *próxima*, como alguns preferem<sup>8</sup>, não sendo problemática sua prática até a chegada dessa percepção francesa. Segundo Cardoso:

O interesse pela História Imediata ou do tempo presente não é assim tão novo! A professora Maria Yedda Linhares, por exemplo, ressalta com razão que tal interesse já norteava em boa medida a Cátedra de História Moderna e Contemporânea que ela dirigia, como catedrática, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atualmente, IFCS da UFRJ). Eu mesmo, como estudante de professores dessa cátedra, pesquisei em 1965, no final da graduação de História, ao escolher, na ocasião, especializar-me em História Contemporânea, orientado pelo professor Francisco Falcon, o tema – então candente e ainda em desenvolvimento – da descolonização no ex-Congo belga, com seus múltiplos conflitos e reviravoltas, ligados em boa parte aos interesses e intervenções do capitalismo internacional (e da ONU, a ele vinculada em boa parte) naquela região<sup>9</sup>.

Neste período, indicado por alguns historiadores como o da institucionalização dos *Annales* na IV seção da *École Pratique de Hautes Etudes*, financiada em parte pela fundação Rockefeller, suas propostas reafirmaram as críticas, já correntes, à história factual. E definindo-se em oposição, apresentaram três proposições: “na primeira apresentam uma definição da história como sendo ‘o estudo cientificamente elaborado sobre as diversas atividades e criações dos homens de outros tempos’”, deixando claro o enfoque geral em tempos passados, e que Fontana entende como “uma visão tópica que reserva a qualificação de ‘científicos’ para os métodos de pesquisa, negando-os aos resultados”. Por segundo fiam-se em produzir um tipo de história para além da tradicional, que “Febvre a justifica com uma explicação nebulosa que fala da história como ‘da harmonia que, perpetua e espontaneamente, se estabelece em todas as épocas entre diversas e sincrônicas condições de existência dos homens: condições morais, condições técnicas, condições espirituais’”, ou seja, que tem como consequência “uma licença para misturar tudo alegremente, sem regras nem prioridades”. E em terceiro, “a necessidade de relacionar a história com as ciências sociais próximas e modernizar os métodos de trabalho”, que resultaria em “uma retórica sugestiva”, mas que possui “características globais de antimétodo”<sup>10</sup>.

Segundo Fontana, a escola só conseguiu manter-se durante este período porque historiadores como Labrousse e Braudel mantiveram em suas pesquisas características da história econômica e social, além da perspectiva totalizante – o que até hoje, em publicações de historiadores franceses é entendido, erroneamente, como tendo sido uma aproximação da escola com o marxismo. E será o último que assumirá a revista após a morte de Febvre em 1956, tendo como programa um projeto de análise histórica de longa duração, próximo ao estruturalismo e com a manutenção da construção de uma “história total”. Neste período a escola irá alçar espaços para além da França, se tornando referência mundial, como alternativa ao marxismo. Novamente segundo a Fontana, “*Annales* é radical no estilo, mas acadêmica na forma e conservadora do ponto de vista político; toca as questões de história econômica e social sem risco de contágio marxista, contando como garantia, com uma equipe de ex-comunistas reconvertidos”<sup>11</sup>. E a “nova” história política – que, embora não se confunda com a imediata, possui perspectivas que a aproxima da mesma discussão historiográfica –, afirma um marco nesta década, a defesa da tese de doutorado de Rémond em 1954 acerca da atuação política das direitas na França<sup>12</sup>.

Mas anotamos que este “renascimento” do imediato só será plenamente sedimentado em 1978 quando o *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS) criou o *Institut d’Histoire du temps présent* (IHTP). Este é parcialmente descendente da *Comité d’histoire de la Deuxième guerre mondiale*, que fora criada em 1951 e cujas fundações remontam a 1944

com a *Commission sur l'histoire de l'Occupation et de la Libération de la France* (CHOLF), criado no governo provisório de De Gaulle<sup>13</sup>, durante o mesmo período e processo de institucionalização dos annales. E o domínio de Braudel durou até o maio de 1968, que em sua eclosão trouxe à tona diversos grupos e movimentos intelectuais de contestação ao estabelecido, de revolta contra o sistema, e que teve forte repercussões no meio acadêmico. Seu espírito “*carregado de esperanças utópicas, sonhos libertários e surrealistas*”, levaram a diferentes práticas sociais:

[...] o movimento revolucionário como festa coletiva e como comunidades humanas livres e igualitárias, a afirmação partilhada da sua subjetividade (sobretudo entres os feministas); a descoberta de novos métodos de criação artística, desde os pôsteres subversivos e irreverentes, até as inscrições poéticas e irônicas nos muros. A reivindicação do direito à subjetividade estava, inseparavelmente, ligada ao impulso anticapitalista radical que atravessava, de um lado ao outro, o espírito de Maio de 68. Esta dimensão não deve ser subestimada: ela permitiu – a frágil aliança entre os estudantes, os diversos *grupúsculos* marxistas ou libertários e os sindicalistas que organizaram, apesar de suas direções burocráticas, – a maior greve geral da história da França<sup>14</sup>.

E no ano seguinte Braudel e seu grupo foram substituídos por Burguière, Le Goff, Ferro, Le Roy Ladurie e Revel<sup>15</sup>, sem grandes explicações a não ser a necessidade de integrar novos pesquisadores. Fontana compreende esta mudança como um golpe de estado contra o antigo chefe, não por motivos políticos, mas metodológicos, “*Braudel queria manter o rigor do programa globalizante e isto o levava a criticar duramente os trabalhos de pesquisa de Le Roy Ladurie ou de Furet*”<sup>16</sup>, que considerava apenas expressão de uma moda historiográfica. A isto Burguière responderá de modo difuso, afirmando a centralidade de se responder às demandas imediatas, mas propositadamente evitando esclarecer como se deram as disputas em torno do projeto de história dominante:

Modismo? Certamente, se o tomarmos como um encaminhamento obrigatório da reflexão ditado pelos problemas e pela *lógica da época*. Os temas que se situam no centro do debate não excluem outras direções de pesquisa, mas representam o papel de instância de totalização. *O campo que definem se torna o que permite explicar a mudança em sua globalidade*. Seu avanço corresponde também à influência de uma disciplina provisoriamente dominante no seio das ciências sociais. É o caso da geografia nos anos 30, da *economia marxista ou quantitativa no ambiente de reconstrução do pós-guerra*, e finalmente da antropologia estrutural a partir dos anos 60<sup>17</sup>.

Como visto, esta reação é trazida pelas críticas de 1968, que desnudaram não somente as dificuldades teórico-metodológicas da antiga geração, que indiquemos, centrava-se na mudança de tempos históricos longos, e não nos processos sociais, o que obviamente resultava na recusa de análise do século XX, dos processos vividos (aqui obviamente excetuando as interpretações acerca da Segunda Guerra, escritas ainda no calor do momento por Bloch<sup>18</sup>, ou um pouco depois por Morazé<sup>19</sup>), como argumentou violentamente acerca do silêncio sobre o que Perrot chamou de excluídos da história: mulheres, negros, presidiários, operários, etc. Este refluxo obviamente não surge somente da óbvia constatação destas lacunas, mas que haviam outros modos de se fazer história, não dominantes na academia francesa, que davam conta destes processos recentes, e que já haviam começado a indicar a necessidade de abarcar estes temas e objetos. Esta crise teórica (e em boa parte dos casos anti-teórica), ficou conhecida como a “*crise dos paradigmas das ciências sociais*”, que em contraposição à história social, afirmada como paradigma economicista, determinista, holística, estruturalista e erroneamente dita científica<sup>20</sup>. “*Este ataque ao saber estabelecido, articulado à denúncia dos mecanismos ocultos de dominação do poder, desconsideradas pelos historiadores, estavam plenamente de acordo com o espírito de 1968 e ajudam a explicar seu êxito*”<sup>21</sup>. Cardoso pensa politicamente este momento,

Neste sentido, estou de acordo com a observação de Bentley no sentido de serem os

anos da década de 1960 (em especial os movimentos sociais de diversos tipos ocorridos em vários países, incluindo o Brasil, em 1968), não um ponto de partida, mas, sim, um final. Foi a partir da década seguinte que tomou forma mais visivelmente, por um lado, uma resposta afirmativa, neoconservadora e neoliberal, por outro, uma resposta “chorosa”, negativa – que é o pós-modernismo, não por acaso chamado por alguns de “orfandade de uma geração” [...] – à constatação de que mudanças muito profundas estavam alterando as sociedades humanas. Parece-me evidente que muitos dos elementos de ambas as reações já existiam antes<sup>22</sup>.

E a “volta” do político, da narrativa, da biografia estão vinculadas diretamente com a recusa das bases teóricas “velhas”, em especial o marxismo e a história totalizante. Como afirmado na introdução de *Por uma história política*, livro organizado por Rémond, talvez o nome mais referenciado entre os “novos historiadores políticos”:

Cada vez menos pesquisadores acham que as infra-estruturas governam superestruturas, e a maioria prefere discernir (como os autores deste livro) *uma diversidade de setores – o cultural, o econômico, o social, o político – que se influenciam mútua e desigualmente segundo as conjunturas, guardando ao mesmo tempo cada um sua vida autônoma e seus dinamismos próprios*. E também sua especificidade: *a política é um lugar de gestão do social e do econômico, mas a recíproca não é verdadeira*<sup>23</sup>.

E os motivos colocados como problema para a pesquisa histórica acerca do período imediato, apontados pelas gerações anteriores, e que esta supostamente resolve, soam absurdamente ingênuos se não forem pensados como justificativas para um movimento historiográfico maior, sendo resumidas em duas questões principais: a possibilidade material de produção, no que concerne às fontes e a relação de objetividade do historiador “*quando se tratava de acontecimentos nos quais havíamos estado mais ou menos envolvidos, dos quais havíamos sido testemunhas, observadores, os quais haviam suscitado em nós reações, engajamentos, tomadas de posição*”<sup>24</sup>.

Então como pontuado, a própria história imediata dentro da academia francesa, foi tomada como subproduto deste movimento de reação a história praticada até então, justificada pelo interesse editorial e construída na recusa ao caráter científico da história, filiando-a hereditariamente a outras disciplinas como o jornalismo e a sociologia. Há aqui uma certa confusão acerca da perspectiva do historiador, que deixa de se relacionar criticamente com as outras possibilidades de leitura social, o que nunca foi objeto exclusivo de nenhuma corporação, e que sem dúvida tem mais a ver com a história do conhecimento que com a fácil correlação com outro ofício. “*É certo que, na origem, o jornalismo foi o primeiro a chegar ao terreno do presente*”<sup>25</sup>, sendo que o que se oculta é a disputa pelo discurso legítimo sobre a realidade social (“*enquanto não se verifica a convergência entre o jornalismo e o rigor histórico*”<sup>26</sup>), e ainda, que esta não se limita ao campo, mas envolve projetos e questões relativas ao todo social. E ainda, como segunda filiação alheia à disciplina, teríamos a sociologia, presumindo que esta se limite ao imediato, sendo a idéia de uma “sociologia do presente” (novamente reafirmamos, discussão que ocorre dentro de determinado projeto de sociologia) colocada por Morin no mesmo período, em 1969<sup>27</sup>. Sobre as justificativas para a recusa do imediato, novamente retornamos a Cardoso:

Outra bobagem que se dizia décadas atrás era que ao historiador compete como objeto o estudo do “passado”, sendo o presente a província das ciências sociais. Na verdade, o historiador, a meu ver, estuda as sociedades humanas (passadas ou presentes) no tempo e, por tal razão, traz aos estudos da História Imediata uma perspectiva bem-vinda por ser diferente da dos outros cientistas sociais: em especial, o historiador tem uma sensibilidade maior para o processo de transformação em sua fluidez; não sente tão fortemente a tentação de recortar o tempo em momentos imóveis comparados entre si (em função, por exemplo, de dados dos censos)<sup>28</sup>.

Le Goff faz reflexões consideráveis acerca do papel e das dificuldades que o historiador que trabalha com o imediato enfrenta. Ele aponta três grandes diferenças, que

resultam em dificuldades, para a pesquisa na história imediata. A primeira é em relação aos documentos e fontes, que por um lado podem existir em superabundância, e por outro podem ser inacessíveis – embora Le Goff observe a possibilidade da história oral, a qualifica como “*uma das mais frágeis que existem*”. A segunda seria a implicação pessoal, já que a proximidade com o objeto explicita o engajamento do historiador, o que segundo ele afirma ser, em especial, problema “*para a redação da história dos períodos muito recentes nos manuais escolares e em seu ensino*”<sup>29</sup>. E por fim, a ignorância do futuro, cujo conhecimento a priori permite controlar melhor “*o peso do acaso, a liberdade controlada mas real dos homens, as escolhas, a diversidade limitada, mas existente das possibilidades*”<sup>30</sup>. Ele traça linhas gerais para a validação da história imediata:

O que espero dos historiadores da difícil história imediata, inclusive dos jornalistas, que, se fizerem bem seu ofício, são verdadeiros historiadores da história imediata, são quatro atitudes: ler o presente, o acontecimento, com profundidade histórica suficiente e pertinente; manifestar quanto a suas fontes o espírito crítico de todos os historiadores segundo os métodos adaptados a suas fontes; não se contentar em descrever e contar, mas esforçar-se para explicar; tentar hierarquizar os fatos, distinguir o incidente do fato significativo, e importante, fazer do acontecimento aquilo que permitirá aos historiadores do passado reconhecê-lo como outro, mas também integrá-lo numa longa duração e numa problemática na qual todos os historiadores de ontem e de hoje, de outrora e do imediato, se reúnam<sup>31</sup>.

Suas proposições são cruciais para dotar a leitura do vivido de senso crítico, cientificamente validável, que inclusive destoa da maior parte das opiniões no mesmo livro. Mas, quando afirma que “*o presente me interessa antes de tudo como cidadão, como homem do presente, mas diante dos acontecimentos, dos fenômenos, dos problemas importantes, minha reação é a de um historiador*”<sup>32</sup>, nota-se a posição conservadora do autor, com uma óbvia indicação de esquizofrenia no que concerne ao ofício do historiador. Também observa-se a reprodução de alguns mitos, como visto no que refere-se a hierarquização dos documentos e fontes, embora validemos plenamente suas proposições acerca do rigor e da compreensão processual do presente. Sobre estas questões Cardoso alega que:

As razões invocadas no passado contra a prática da História Imediata – em especial, que é preciso deixar passar algum tempo para que esfriem as paixões e se possa ser “imparcial”; ou que a documentação necessária em parte não esteja acessível para o passado imediato devido a “razões de Estado” – refletiam uma História que acreditava no mito da imparcialidade e dava importância exagerada ou, mais exatamente, unilateral à documentação e às temáticas *políticas* (estatais, militares, diplomáticas); de qualquer modo, limitada ou não por segredos estatais, a documentação sobre o passado imediato é infinitamente mais rica e variada do que aquela de que podemos dispor, por exemplo, para *qualquer* período ou assunto de História Antiga, Medieval ou Moderna! Além de ser muito mais fácil para qualquer um de nós entender o passado mais recente do que outro mais antigo, por estar muito mais próximo do presente que vivemos em suas características específicas<sup>33</sup>.

E, assinalamos novamente que a confluência feita por diversos autores entre história imediata e a imprensa, tem que ser analisada criticamente, afinal, a história imediata não é modalidade analítica de um observatório da imprensa, embora possa se apresentar de tal modo, dado o papel político desempenhado pela mídia, talvez um de seus maiores papéis seja o de desnaturalizar o papel desta, “*o mito da não mediação dos meios de comunicação, o qual resulta na transformação instantânea do vivido em História*”<sup>34</sup>. Como continua Rodrigues:

O historiador do imediato objetiva conferir uma racionalidade histórica ao imprevisível, ao fabuloso: objetiva desnaturalizar o natural (ou seja, apontar que os eventos noticiados estão inseridos num processo histórico, estão vinculados às práticas sociais humanas e são, de certa forma, opções que possuem alternativas) [...] O historiador possui ferramentas teóricas que lhe proporcionam o distanciamento crítico e a isenção, ao invés da enganadora fórmula constituída pelo distanciamento temporal e pela neutralidade. Neste sentido, o imediato, mesmo com

suas peculiaridades deve ser analisado como qualquer outro período histórico<sup>35</sup>.

E novamente, ao assumir posição, o sujeito que escreve história é levado a compreender o passado como campo de disputas, e sua atuação como partícipe da relação de forças políticas. Como Chesneaux aponta, suas conjecturas, hipóteses e conclusões podem “ajudar a colocar problemas, a amadurecê-los. Mas suas informações, suas análises e suas dúvidas só puderam ser formuladas e resgatadas pelo autor porque já circulavam em estado latente” ou seja, “porque eram produzidas por uma prática social”<sup>36</sup>. Nossa prática científica permite-nos ser objetivos, de maneira alguma idôneos. A narrativa do vivido, nunca foi um problema, muito menos impedimento, pelo contrário afirma-se como necessidade, para o analista que afirma suas posições políticas. Isto é óbvio no caso do marxismo, cujo mote programático se pronunciou pela primeira vez há mais de dois séculos, na décima primeira tese contra Feuerbach, na qual afirma-se a centralidade da mudança social: “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo”<sup>37</sup>. O mesmo é válido para os conservadores, que já na escola metódica, pois Ranke – cujo “descrever o passado tal qual se passou” foi tirado do contexto e interpretado como uma indicação metodológica –, fazia questão de explicitar que seu objetivo da história era “a de abrir caminhos para uma política sadia e acertada, dissipando as sombras e os enganos que, nos tempos que vivemos, obscurecem e fascinam a mente dos melhores homens”<sup>38</sup>. Como Chesneaux nos relembra: “Todavia”, diz Marx, “a história não faz nada, ela não possui nenhuma imensa riqueza, ela não trava nenhuma batalha. É sobretudo o homem, o homem realmente vivo, que comanda o presente”<sup>39</sup>. E o marxismo não nasce seccionado, dentro dos parâmetros da universidade burguesa do século XIX, sendo que sua inserção acadêmica foi mediada através destes, mas mesmo assim, não ocorreu o fato de cindir-se em disciplinas específicas, adquirindo sim, novos desdobramentos. Ainda que seja em última instância, os marxistas compartilham uma base teórico-metodológica comum, o que faz que suas disputas não ocorram em termos marcados pelo “imperialismo” de determinada disciplina sobre outras nas ciências humanas, mas em torno de composições analíticas como possíveis estratégias para a atuação política.

Cabe entender a quem interessa, a quais grupos sociais serve, a busca pela verdade ou a sua dissimulação. Verdade histórica compreendida como juízo verdadeiro, entendendo que o “conhecimento é verdadeiro como processo infinito visando a verdade absoluta através da acumulação de verdades relativas”, sendo a produção deste conhecimento “uma atividade prática, como uma atividade sensível, concreta”<sup>40</sup>, e que “o homem é na sua realidade o conjunto das relações sociais; e se abstrai deste conteúdo social da pessoa humana, os únicos laços que subsistem entre os homens são os que estabelece a natureza, o que é falso”<sup>41</sup>. A prática historiográfica não escapa da própria história, a narrativa histórica possui uma função política e ideológica que não está acima das contradições da sociedade de classes, sendo que “rigor histórico e rigor político se apóiam mutuamente” para o analista engajado nas lutas sociais de seu presente. Como disse Chesneaux, este só é prioritário ante ao passado, “porque apenas o presente impõe e permite mudar o mundo. Retorna-se à originalidade fundamental de Marx: é o adulto que permite compreender a criança; e o homem, o macaco – porque são o adulto e o homem que possuem o controle sobre seu futuro”<sup>42</sup>.

### **Bibliografia:**

BLOCH, M. *L'Étrange défaite*. Paris: Gallimard, 1940.

BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CARDOSO, C. F. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Bauru: EDUSC, 2005.

CHAVEAU, A.; TÉTARD, P. "Questões para a história do presente". In. CHAVEAU, A.; TÉTARD, P. (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995.

FALCON, F. "História e poder" In. CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FONTANA, J. *História dos Homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

LACOUTURE, J. "A história imediata" In. LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. (orgs.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MORAZÉ, C. *A lógica da história*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

RÉMOND, R. "Introdução" In. RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, G. "História: uma ciência do presente". In. FERNANDEZ, E. P. F.; PADRÓS, E. S.; RIBEIRO, L. D. T.; GORKON, C. Van. *Contrapontos – Ensaio de história imediata*. Porto Alegre: Folha da história/Palmares, 1999.

SIMIAND, F. *Método Histórico e Ciência Social*. Bauru: EDUSC, 2003.

SCHAFF, A. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BARROS, C. *Para um novo paradigma historiográfico*. Disponível em [http://www.h-debate.com/cbarros/spanish/articulos/nuevo\\_paradigma/hacia/tempo.htm](http://www.h-debate.com/cbarros/spanish/articulos/nuevo_paradigma/hacia/tempo.htm), acessado em 10.09.10.

HISTÓRIA AGORA. *Entrevista com o Professor Ciro Flamarion Cardoso* (19.03.07). Disponível em [http://www.historiagora.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=10&Itemid=30](http://www.historiagora.com/index.php?option=com_content&task=view&id=10&Itemid=30), acessado em 10.09.10.

INSTITUT D'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT. *Historique*. Disponível em <http://www.ihtp.cnrs.fr/spip.php%3Frubrique1&lang=fr.html>, acessado em 13.09.10.

MARX, K. *Teses sobre Feuerbach*. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>, acessado em 10.09.10.

LÖWY, M. *O romantismo revolucionário de Maio 68*. Disponível em [http://www.espacoacademico.com.br/084/84esp\\_lowyp.htm](http://www.espacoacademico.com.br/084/84esp_lowyp.htm), acessado em 10.08.10.

RÉMOND, R. *Por que a história política?* Disponível em <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1975>, acessado em 10.09.10.

---

1 Bacharel em História UEPG. Mestrando em História UNIOESTE. Linha Estado e Poder. Pesquisa financiada pela Fundação Araucária.

2 FONTANA, J. *História dos Homens*. Bauru: EDUSC, 2004. p. 231.

- 3 SIMIAND, F. *Método Histórico e Ciência Social*. Bauru: EDUSC, 2003.
- 4 SCHAFF, A. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 105.
- 5 FALCON, F. "História e poder" In. CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 70.
- 6 AZEMA, J-P. "Tempo presente" (verbete) In. BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 741.
- 7 LACOUTURE, J. "A história imediata" In. LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. (orgs.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 227.
- 8 CHAVEAU, A.; TÉTARD, P. "Questões para a história do presente". In. CHAVEAU, A.; TÉTARD, P. (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 27.
- 9 HISTÓRIA AGORA. *Entrevista com o Professor Ciro Flamarion Cardoso* (19.03.07). Disponível em [http://www.historiagora.com/index.php?option=com\\_content&task=view&id=10&Itemid=30](http://www.historiagora.com/index.php?option=com_content&task=view&id=10&Itemid=30), acessado em 10.09.10.
- 10 FONTANA, J. *História dos Homens*. op. cit. p. 273-274.
- 11 Idem. p. 278.
- 12 BURGUIÈRE, A. "Anais (escola dos)" (verbete) In. BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário das ciências históricas*. op. cit. p. 50.
- 13 INSTITUT D'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT. *Historique*. Disponível em <http://www.ihp.cnr.fr/spip.php%3Frubrique1&lang=fr.html>, acessado em 13.09.10.
- 14 LÖWY, M. *O romantismo revolucionário de Maio 68*. Disponível em [http://www.espacoacademico.com.br/084/84esp\\_lowyp.htm](http://www.espacoacademico.com.br/084/84esp_lowyp.htm), acessado em 10.08.10.
- 15 LE GOFF, J. "A história nova" In. LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. (orgs.). *A história nova*. op. cit. p. 37.
- 16 FONTANA, J. *História dos Homens*. op. cit. p. 279.
- 17 BURGUIÈRE, A. "Anais (escola dos)" (verbete) In. BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário das ciências históricas*. op. cit. p. 52. Grifos nossos.
- 18 BLOCH, M. *L'Etrange defaite*. Paris: Gallimard, 1940.
- 19 MORAZÉ, C. *A lógica da história*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- 20 BARROS, C. *Para um novo paradigma historiográfico*. Disponível em [http://www.h-debate.com/cbarros/spanish/articulos/nuevo\\_paradigma/hacia/tempo.htm](http://www.h-debate.com/cbarros/spanish/articulos/nuevo_paradigma/hacia/tempo.htm), acessado em 10.09.10.
- 21 FONTANA, J. *História dos Homens*. op. cit. p. 386.
- 22 CARDOSO, C. F. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Bauru: EDUSC, 2005. p. 164-165.
- 23 RÉMOND, R. "Introdução" In. RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 10. Grifos nossos.
- 24 RÉMOND, R. *Por que a história política?* Disponível em <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1975>, acessado em 10.09.10.
- 25 PAILLARD, B. "Imediata (história)" (verbete) In. BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário das ciências históricas*. op. cit. p. 409.
- 26 LACOUTURE, J. "A história imediata" In. LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. (orgs.). *A história nova*. op. cit. p. 219.
- 27 PAILLARD, B. "Imediata (história)" (verbete) In. BURGUIÈRE, A. (org.). *Dicionário das ciências históricas*. p. 408.
- 28 HISTÓRIA AGORA. *Entrevista com o Professor Ciro Flamarion Cardoso* (19.03.07). op. cit.
- 29 LE GOFF, J. "A visão dos outros: um medievalista diante do presente". In. CHAVEAU, A.; TÉTARD, P. (orgs.). *Questões para a história do presente*. op. cit. p. 100.
- 30 Idem. p. 101.
- 31 Ibidem. p. 101-102.
- 32 Ibidem. p. 93.
- 33 HISTÓRIA AGORA. *Entrevista com o Professor Ciro Flamarion Cardoso* (19.03.07). op. cit.
- 34 RODRIGUES, G. "História: uma ciência do presente". In. FERNANDEZ, E. P. F.; PADRÓS, E. S.; RIBEIRO, L. D. T.; GORKON, C. Van. *Contrapontos – Ensaios de história imediata*. Porto Alegre: Folha da história/Palmares, 1999. p. 16.
- 35 Idem. p. 17-18.
- 36 CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ática, 1995. p. 17.
- 37 MARX, K. *Teses sobre Feuerbach*. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>, acessado em 10.09.10.
- 38 RANKE, L. von. *Pueblos e Estados en la historia moderna*. México: Fondo de cultura económica,

- 
1979. p. 516-17. *apud* FONTANA, J. *História dos Homens*. op. cit. p. 226.  
39 CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Sobre a história e os historiadores. op. cit. p.  
22.  
40 SCHAFF, A. *História e verdade*. op. cit. p. 87.  
41 Idem. p. 79.  
42 CHESNEAUX, J. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* Sobre a história e os historiadores. op. cit. p.  
62.